

dade expressiva da metáfora e à carga simbólica, e os nomes, utilizados para conferir um clima de autenticidade. Contudo, Manuel Simões conclui que os dois autores manifestam uma diferente visão do mundo.

Quanto aos conteúdos temáticos, ambos testemunham o amor à terra, Andaluzia e Alentejo, e às suas gentes. É por isso que o “gitano” e o “maltês”, ícones do homem perseguido, participam da obra como seres desvinculados das leis morais e da sociedade. Também na mulher ocorre um paralelismo óbvio: postas na solidão, à noite, na varanda – como símbolo de evasão – e reprimidas sexualmente. A consideração da mulher conduz Simões a um outro motivo temático comum, o erotismo, conseguido através de imagens visuais, como se de uma técnica de escultura se tratasse, da sensualidade expressa pelo tato e até associada a um sentido telúrico.

O último dos blocos aborda os aspetos métricos, considerando o romance dentro da tradição lírica peninsular, portuguesa e castelhana, desde a época medieval até à recuperação da forma poética no século XX. Chega-se à conclusão de que o uso do romance por parte de Manuel da Fonseca se deve ao fascínio de Lorca e ao *Romancero Gitano*. Esta última aproximação teórica fecha um fundamentado estudo sobre os dois poetas, que vem continuar a longa tradição dos estudos comparatistas ibéricos.

*Alexia Dotras Bravo*

**A NARRATIVA NO MOVIMENTO  
NEO-REALISTA: AS VOZES SOCIAIS  
E OS UNIVERSOS DA FICÇÃO**

**VÍTOR VIÇOSO**

**Lisboa, Edições Colibri, 2011.**

**353 páginas, ISBN 9789723716047**

O destino e a fortuna crítica de um movimento literário não dependem apenas da qualidade literária dos seus protagonistas e dos seus seguidores. A conformação de um movimento literário enquanto tal carece de distanciamento e de ponderação desapassionada, reapreciando-se aquilo que, no seu tempo próprio, parecia excessivo ou desajustado do quadro de referências culturais que envolviam o aparecimento desse movimento literário. A história do modernismo português e a forma como, contrariando desconfianças e indiferenças, foi ganhando os contornos de período literário reconhecido como tal (uma noção que não deve ser hipostasiada, mas tão-só valorizada pela função heurística que se lhe atribui) é disso um exemplo claro; e não por acaso, foi Fernando Pessoa quem, num texto inserto n’*O Jornal* (a 6 de abril de 1915), citou palavras de Wordsworth, escritas em 1815 a propósito das *Lyri-cal Ballads*: “Se há conclusão que, mais do que qualquer outra, nos seja imposta pela revista, que fizemos, da sorte e do destino das obras poéticas, é o seguinte: que todo o autor, na proporção em que é grande e ao mesmo tempo original, tem tido sempre que criar o sentimento estético pelo qual há de ser apreciado,

assim foi sempre e assim continuará a ser...”

A história do neorrealismo português tem que ver com o que acabo de escrever, mas num sentido que é inverso ao processo de valorização que o modernismo conheceu. Tendo surgido na nossa cena literária com raro vigor programático, no final dos anos 30 do século passado, o neorrealismo rapidamente tomou conta de uma parte importante do, apesar de tudo, acanhado campo literário português. Está já feito o inventário crítico daquela afirmação programática, incluindo-se nesse inventário a notação de posições dogmáticas que não só extremaram posições na nossa república das letras, como até cavaram diferenças dentro das trincheiras de um movimento a que ninguém ficou indiferente, nos anos 40 e depois. E isto é tanto mais certo quanto é sabido que antagonismos e resistências tiveram que ver sobretudo com fatores de ordem política e ideológica; de facto, o neorrealismo assumia-se, sem reservas nem pudores (embora com as estratégias de disfarce que os tempos exigiam), como contrapoder cultural vocacionado para subverter um Estado apoiado num aparelho fortemente repressivo e não menos ideológico (ainda que às vezes cinicamente negando esse estatuto) do que aquilo que, em lugar antagónico, era reprimido.

No entanto, quando hoje, passado praticamente meio século (pouca coisa, em termos histórico-literários) sobre o

definimento do neorrealismo, olhamos para o que ficou, verificamos que muito daquilo que antes parecia firmemente estabelecido para todo o sempre está, afinal, a passar à história. E isto em dois sentidos que a expressão comporta: porque o esquecimento vai ditando as leis cruéis que o regem e porque só no plano da historiografia literária podemos ressaltar o que merece sê-lo. Nesse e ainda no da memória museológica, conforme está patente no importante labor que tem sido desenvolvido pelo Museu do Neorrealismo, de Vila Franca de Xira, que é uma espécie de capital simbólica do movimento. O neorrealismo contribuiu para esta assimetria crítica (quero dizer: rapidamente corre riscos de esquecimento aquilo que com inusitada celeridade se impôs), uma vez que o seu estabelecimento assentou numa contradição nunca negada e que formulo com perdão pelo redutor esquematismo: tratava-se de um movimento que ideologicamente se queria revolucionário mas que estética e formalmente era conservador.

O livro de Vítor Viçoso *A narrativa no movimento neorrealista: as vozes sociais e os universos da ficção* vem confirmar muito do que deixo escrito, por algumas boas e por outras menos boas razões. Sublinho, antes de mais, que Vítor Viçoso é um estudioso com obra significativa, centrada em autores, em temas e em movimentos literários dos séculos XIX e XX: o romantismo, o simbolismo e o neorrealismo, Raul Brandão (a que dedicou uma tese de

doutoramento) e, mais próximos da temática deste livro, Carlos de Oliveira e Saramago.

No caso em apreço – um volume com cerca de 350 páginas, contemplando dezenas de escritores e recorrendo a um amplo arco cronológico que vai dos anos 30 aos anos 80 do século XX –, Vítor Viçoso empreende uma indagação que, não trazendo, em geral, elementos informativos novos nem interpretações que alterem substancialmente a imagem que já tínhamos do neorrealismo, tem o mérito de congregar um conjunto de leituras às vezes muito circunstanciadas, desafiando-nos a olhar de novo para obras já arreadas das nossas cenas crítica, académica e editorial. Com efeito, Antunes da Silva, Afonso Ribeiro, Aleixo Ribeiro, Faure da Rosa, Joaquim Namorado, Leão Penedo ou Mário Braga são nomes que, sem prejuízo da valia literária que neles podemos reconhecer e da sua maior ou menor pertença neorrealista, pouco ou nada significam para o leitor dos nossos dias; um outro caso, o de Fernando Namora, constitui um exemplo flagrante de como rapidamente se desvanece a fortuna crítica de um escritor (que a teve e muito expressiva), depois da sua morte.

Em termos genéricos, o estudo de Vítor Viçoso reconhece e adota cinco pressupostos e atitudes metodológicas que a história e a crítica do neorrealismo incorporaram nas últimas décadas. Primeiro: importa ler o neorrealismo a partir de um lugar hermenêu-

tico alheio ao maniqueísmo que, em vários momentos e intervenções (ideológicas, bem entendido), colocava a literatura neorrealista quer no extremo da suprema virtude, quer no da irrecuperável menoridade. Segundo: não é possível entender a história do neorrealismo se não se der a atenção devida à prolixa reflexão doutrinária (e não teórica, como diz Viçoso, erro que também já cometi) a que ele deu lugar. Terceiro: longe de ser homogêneo ou coeso, o neorrealismo viveu posicionamentos distintos, chegando as diferenças internas que nele se verificaram à expressão de polémicas às vezes violentas; foi o caso da que levou ao enfrentamento entre João José Cochofel e António José Saraiva, em 1952-54, nas páginas da *Vértice* (“A narrativa no movimento neorrealista”, pp. 53 ss.). Ironicamente, poucos anos depois da polémica, as denúncias dos crimes do estalinismo, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), motivaram a rutura de Saraiva com o comunismo. Quarto: insere-se nesse panorama de diferenças a afirmação e mesmo a lenta deriva de um escritor com a relevância de Carlos de Oliveira (de facto, um dos grande escritores da nossa literatura no século passado), sendo significativo que aquela deriva se foi consumando em particular no plano formal (pp. 159 ss.). Quinto: no concerto do neorrealismo, a ficção narrativa ocupa um lugar destacado, por razões tanto de natureza sociológica como funcional (o trabalho de Viçoso

teria beneficiado, no que a esta questão diz respeito, se tivesse convocado, nem que fosse de forma acessória, algum suporte teórico).

O estudo em causa desenvolve-se em três partes. Na primeira (“A tragédia do mundo e o neorealismo”) procede-se à caracterização do contexto social, político, ideológico e histórico-literário que enquadrou o neorealismo; é nesse contexto que Ferreira de Castro surge como protagonista de um “realismo social” que opera o “trânsito entre o naturalismo e o neorealismo” (pp. 58 ss.). Na segunda parte (a mais alargada), trata-se dos propriamente chamados “universos da ficção neorealista”, indo desde as práticas juvenis, passando pelos nomes mais representativos (Soeiro Pereira Gomes, Redol, Manuel da Fonseca, Joaquim Namorado), até chegar a especificações temáticas (clandestinidade, emigração, exílio, colonialismo, etc.), algumas delas, digo eu, de duvidosa filiação neorealista. Na terceira parte avança-se para a posteridade do neorealismo: são os “herdeiros e os nostálgicos” (Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Abelaira, Saramago, etc.).

Comento desde já esta expressão (herdeiros e nostálgicos), para concordar com os termos em que Viçoso discrepa de Mário Sacramento, que via em *Mudança* (1949) de Vergílio Ferreira uma continuidade neorealista e não um episódio de rutura. Como acertadamente é dito, a leitura de Sacramento “desvirtua a especificidade estético-

-ideológica quer do neorealismo quer do existencialismo”; o que já parece aceitável, como nota Viçoso, é a verificação da emergência de uma nova geração de escritores, “a partir da década de 60, nos quais se regista uma interseção entre a polaridade neorealista e a existencialista, tal o caso de Urbano Tavares Rodrigues, entre outros” (p. 294). Entretanto, é sobretudo aqui que, a meu ver, Vítor Viçoso perde a oportunidade de operar, com base na considerável informação acumulada e nas análises que leva a cabo, uma tentativa de caracterização sistemática do neorealismo enquanto período literário, empresa que expressamente rejeita, mas que, a meu ver, é tempo de enfrentar. Para o fazer e entre outras discriminações concretuais, como é óbvio, torna-se necessário indagar quando, porquê e como a designação movimento cede lugar à noção de período.

Limitações e omissões à parte (uma das limitações: Viçoso abusa da paráfrase, pecado capital que macula qualquer discurso crítico digno desse nome), o estudo *A narrativa no movimento neorealista: as vozes sociais e os universos da ficção* deve ser entendido, a partir de agora, como um contributo a não ignorar, quando olhamos a literatura neorealista. Encontramos nele, em processo de revisão e não tanto em problematização inovadora, os grandes temas, os fundamentais problemas e os escritores que de forma mais incisiva deram voz e rosto a um movimento literário (e também político, para que

conste) que não pode ser rasurado da nossa memória coletiva. Mas o seu tempo passou, porque passaram as circunstâncias que deram ao neorealismo o sentido que ele quis ter. Acontece assim com toda a literatura que vive tensamente ancorada a um certo tempo histórico: quando esse tempo passa, esgota-se a pertinência da militância literária que deu vigor ao movimento e fica, nos seus próceres e nos seus epígonos, o sabor melancólico da nostalgia. É um pouco desse sabor que leio no (quase) epílogo do livro de Vítor Viçoso.

*Carlos Reis*

**REVER PORTUGAL. TEXTOS POLÍTICOS  
E AFINS**

**JORGE DE SENA**

**Lisboa, Guimarães Editores, 2011**

**475 páginas, ISBN 9789726656685**

*Rever Portugal. Textos políticos e afins*, surge como o quinto volume das *Obras completas* de Jorge de Sena, coordenadas por Jorge Fazenda Lourenço, sendo a fixação do texto da responsabilidade conjunta de Mécia de Sousa e do referido coordenador.

Os setenta e nove textos da coletânea, dos quais vinte e três inéditos, encontram-se reunidos em seis secções que, segundo Jorge Fazenda Lourenço, autor da “Apresentação”, se regem, simultaneamente, por critérios temporais e temáticos de organização.

De 3 de maio de 1959, data do inédito “Memória sobre o futuro do Ultramar português”, que configura a primeira parte, a 27 de abril de 1978, altura da publicação do “Depoimento sobre o 25 de abril, em forma de carta breve a Artur Portela Filho”, último texto da sexta parte, decorrem vinte e sete anos de uma vasta produção seniana ordenada nos seguintes períodos: de novembro de 1959 a janeiro de 1963, o do seu exílio no Brasil e de participação no conselho de redação de periódicos como o *Portugal Democrático*, a título de exemplo; de agosto a dezembro de 1972, o da viagem realizada a África; de maio de 1974 a dezembro de 1975, o período da revolução do 25 de abril e dos textos destinados aos intelectuais e às elites políticas portuguesas da Europa; de dezembro de 1974 a junho de 1977, o intervalo que evidencia a sua preocupação relativamente à diáspora lusa, sobretudo a que teve como destino o estado da Califórnia, onde residia, e Paris, para si, a segunda maior cidade “de Portugal”; de junho de 1977 a abril de 1978, a época em que aborda algumas das principais mudanças políticas, económicas e sociais preconizadas pelo 25 de abril.

As secções mencionadas dão lugar a quatro “Apêndices” de cartas, comunicados, depoimentos, memorandos e palestras da sua lavra que confirmam o papel interventivo do autor em prol da democracia. Completada a apresentação de textos, são fornecidas ao leitor “Notas bibliográficas e informa-